



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA,  
TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA

**PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27 de junho de 2012

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues)** – Bom dia a todos.

Declaro abertos os trabalhos da 3ª audiência pública da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, que se realiza no dia 27 de junho de 2012.

Passo a presidência ao nobre Vereador Senival Moura, proponente desta audiência pública.

Muito obrigado a todos e tenham um bom dia.

- Assume a presidência o Sr. Senival Moura.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Bom dia a todos.

Agradeço ao Presidente desta comissão, Vereador Antonio Carlos Rodrigues, por abrir a audiência pública.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link Auditórios Online.

Agradeço a presença de todos e já convido os representantes das secretarias para ocuparem os lugares à mesa. Estão presentes os Srs. Coronel Milton Aparecido dos Santos, representando, neste ato, o Sr. Marcelo Cardinale Branco; Hélio Yoshiaki Morya, Diretor do TEG; Marco Aurélio Mathias, Coordenador do Departamento de Transporte Público – DTP; Carlos Eduardo Leal; José Carlos Biajone; Isabel Olivier, assessora técnica; Sandra dos Santos Reis, Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência; João Santo Carcan, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Hélio Souza de Menezes, Presidente da Associação Regional de Transporte Escolar de São Paulo.

Convido, para fazer uma saudação inicial, o Coronel Milton Aparecido dos Santos.

**O SR. MILTON APARECIDO DOS SANTOS** - É com grande prazer e orgulho que

represento, neste ato, a Secretaria Municipal de Transportes para falar de um assunto muito importante que é o transporte de alunos, o TEG. Agradeço a todos vocês pelo serviço que prestam a toda a comunidade.

Obrigado e bom dia.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado, Coronel Milton.

Convido o Sr. Hélio para a saudação inicial.

**O SR. HÉLIO YOSHIKI MORYA** – Bom dia a todos os senhores e senhoras membros da Mesa, é um prazer estar nesta audiência pública. Sou Diretor do TEG-DTP-4.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado, Sr. Hélio.

Convido o Sr. Marco Aurélio Mathias para a saudação inicial.

**O SR. MARCO AURÉLIO MATHIAS** – Bom dia. É um prazer revê-los. Para quem não me conhece, sou Marco Aurélio, Coordenador do Programa de Transporte Escolar Gratuito.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Sr. Carlos Eduardo Leal.

**O SR. CARLOS EDUARDO REIS LEAL** – Bom dia a todos. Meu nome é Carlos Eduardo Reis Leal. Sou Superintendente de Serviços Especiais da São Paulo Transportes, responsável pela área que gerencia o Serviço de Atendimento Especial – Atende e também pela área que gerencia o Bilhete Único Pessoa com Deficiência.

Aproveito a oportunidade para agradecer a votação no Atende como serviço de qualidade junto ao Prêmio Marca Brasil, que fomos eleitos. Agradeço de público ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

Muito obrigado. Estamos à disposição para responder aos questionamentos.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado, Carlos Eduardo.

Convido agora o Sr. José Carlos Biajone.

**O SR. JOSÉ CARLOS BIAJONE** – Bom dia a todos. Meu nome é José Carlos

Biajone, sou da São Paulo Transportes, gerente do serviço Atende.

A gente vem aqui pela 4ª ou 5ª vez para tratar assuntos da pessoa com deficiência em nosso serviço. Estou à disposição para qualquer pergunta.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado.

Convido para a sua saudação inicial a Sra. Sandra dos Santos, Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

**A SRA. SANDRA DOS SANTOS REIS** – Bom dia a todos.

Na qualidade de Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, agradeço a todos pela presença. É muito bom saber que há pessoas interessadas em discutir um tema tão importante quanto o transporte e nós, como pessoas com deficiência, somos um dos segmentos mais interessados nesse tema.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado.

Sr. João Santo Carcan, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**O SR. JOÃO SANTO CARCAN** – Bom dia a todos. Bom dia, Vereador Senival, é um prazer estar aqui mais uma vez com o senhor. Costumo encontra-lo bastante na Comissão da Criança e do Adolescente.

Estamos à disposição para esclarecer as questões sobre a criança e o adolescente no Município de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado, João. Convido o Sr. Hélio de Souza Menezes, Presidente da Associação Regional de Transporte Escolar de São Paulo – Artesul e Coperart.

**O SR. HÉLIO DE SOUZA MENEZES** – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui. Agradeço o convite para representar os condutores escolares de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado, Sr. Menezes.

Anuncio a presença do nobre Vereador Abou Anni, que peço a gentileza de se juntar conosco à Mesa.

Convido também a Dra. Renata Flores Tibiriçá, da Defensoria Pública, para fazer parte da Mesa. (Pausa)

Aproveito para pedir-lhe, Dra. Renata, por favor, que faça uma saudação inicial. Combinei com todos para fazerem uma saudação inicial e todos já falaram.

Em seguida, passo a palavra aos inscritos para que possam fazer seus questionamentos e, posteriormente, retorno a palavra aos membros da Mesa.

**A SRA. RENATA FLORES TIBIRIÇÁ** – Bom dia a todos, peço desculpas pelo pequeno atraso.

Represento a Defensoria Pública. Atuo na área Efetivação de Direitos Humanos, ou seja, ações contra o Estado, contra a Prefeitura, mas isso não significa que sejam só ações judiciais, também há as ações extra-judiciais, através das quais buscamos a efetivação desses direitos humanos, tais como: transporte, moradia, enfim, direitos essenciais na nossa vida.

Especificamente em relação ao transporte, a Defensoria Pública propôs, recentemente, em conjunto com o Ministério Público, uma ação civil pública coletiva contra o Município e contra a SP Trans, justamente para tentar alargar a regulamentação, ou seja, ampliar a regulamentação do Atende para abranger deficiências, não só locomotoras, mas também deficiências que causem dificuldades na utilização do transporte público.

Como exemplo, posso citar a situação do autismo e dos surdos-mudos, além de outras deficiências a serem incluídas nessa ampliação.

Em razão dessa ação, a SP Trans veio conversar conosco. E, por estarmos em tratativas, a ação foi suspensa. A tentativa é de um acordo com a SP Trans.

Já vínhamos conversando há um ano e só propusemos a ação porque não havia outra alternativa, uma vez que percebemos não estar conseguindo avançar na discussão.

Conseguimos o apoio de médicos para tentar elaborar um protocolo, baseado nos

CIPS e funcionalidades – aquilo de mais atual no que diz respeito às deficiências –, justamente para tentar ampliar esse regulamento, sem alargar demais, pois há deficiências cujos portadores conseguem usar o transporte público, enquanto outras não conseguem de forma alguma utilizá-lo.

Não quero me estender muito, pois trata-se de uma saudação inicial, mas considero importante dar esse informe a vocês sobre o que já está sendo feito.

Sei que existem dificuldades, principalmente na obtenção do TEG – Transporte Escolar Gratuito para as crianças e adolescentes com deficiência no Município.

Tenho recebido muitas reclamações sobre crianças inseridas em escolas e não estão conseguindo o Transporte Escolar Gratuito. Temos buscado, primeiro, conversar com Município, primeiro, antes da propositura de qualquer ação. Aliás, esse é o posicionamento da Defensoria, ou seja, tentar buscar uma solução extra-judicial primeiro; tentar resolver administrativamente e, num segundo momento, partir para a ação judicial.

Como já disse, não pretendo me alongar, claro, há outras pessoas para se pronunciarem, mas quis deixar apenas esse panorama.

Estou à disposição para responder as perguntas. Agradeço, Vereador, por estar aqui e compor essa Mesa, poder falar e esclarecer a população a respeito de seus direitos.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Muito obrigado, Dra. Renata. A satisfação é toda da douda Comissão e de todos os membros da Mesa.

Registro a presença das Sras.: Maria Madalena Wu, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Érika Tonelli, da APAE; Renata Miranda, da ABADS; e do Sr. Daniel Gucci, Assessor Parlamentar.

Convido o primeiro inscrito a fazer uso da palavra, Sra. Carmem Leite Ribeiro Bueno, da entidade Sorri Brasil. Por gentileza, fique à vontade.

**A SRA. CARMEM LEITE RIBEIRO BUENO** – Bom dia a todos. Na verdade, estou preparado para falar após as argumentações que ouvirei

Estou representando a Sorri Brasil e a Rede Entre Amigos, composta de quarenta e seis organizações, sendo dez públicas e trinta e seis ONGs, que dão assistência a pessoas com deficiência..

Nossa maior preocupação e que temos discutido é justamente a política municipal de transporte.

Em meio à discussão, descobrimos que existe um Plano Municipal de Circulação Viária e de Transporte da Prefeitura, aprovado em 2002, melhor, 2003.

Mas, esse plano, segundo consta, não foi encaminhado à Câmara Municipal, não foi debatido por ninguém, ou seja, praticamente não existe e, por isso, não tem eficiência.

À medida em que esse plano, apesar de publicado no *Diário Oficial*, não foi encaminhado à Câmara, então, não foi debatido com a sociedade. Justamente essa foi uma das discussões no grupo, ou seja, precisamos conhecê-lo, pois todas questões que envolvem as pessoas com deficiência, enquanto lidando com políticas públicas, precisam constar desse documento.

Mas, repito, se não foi encaminhado à Câmara e nem debatido, significa que ele está guardado em alguma gaveta ou em algum lugar.

Queremos, primeiro, tomar conhecimento desse plano.

Solicitamos a uma pessoa vinculada à Prefeitura, mas não conseguimos obtê-lo nem enquanto Rede Entre Amigos, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência e Rede Atitude, os três grupos que estão trabalhando nesse assunto da Política Municipal do Transporte e das pessoas com deficiência.

Enquanto temos uma lei aqui, outra ali, não tem um conjunto. Porque tudo que diz respeito a transporte mobilidade, diz respeito também as pessoas com deficiência. Se não tiver em um pacote só, não tem como cobrara, não tem como acompanhar, não tem como fazer nada. O nosso acompanhamento mais próximo tem sido com a SPSTrans, mas não envolve somente isso. Envolve tudo: mobilidade, calçada e tudo mais. Aqui diz nessa publicação na

Internet de 10 de fevereiro, o novo plano diretor estratégico que deverá substituir o atual em vigor, encontra-se em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo e a previsão é de que seja votado em 2013. Se existe um plano diretor estratégico para o transporte teremos de ter acesso a ele, queremos conhecer porque acredito que ali seja o lugar certo para que isso seja discutido. Como tentamos conseguir uma cópia desses documentos e não conseguimos então estamos solicitando aqui agora.

Outro assunto é a instalação do conselho municipal de transporte, que é uma solicitação do Ministério Público antiga, a Prefeitura, foi publicado por portaria, depois foi desativado é algo que o Município de São Paulo tem de ter. Nesse sentido gostaríamos de receber alguma informação de como estar essa tramitação do conselho municipal de transportes.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Registramos a presença do Vereador Davi Soares.

**O SR. ABOU ANNI** - Obrigado pelo uso da palavra, apenas cumprimentar a todos os condutores de transportes, escolar, coletivo que são os responsáveis pelo Tegue, e pelo Atende e dizer que toda discussão nesta Casa, este Vereador participar efetivamente. Então não poderia deixar de estar participando dessa discussão pública, essa reunião e parabenizar o nobre Vereador pela indicação da presente audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Com a palavra o Sr. David Soares.

**O SR. DAVID SOARES** – Saúdo todos que participam dessa audiência pública, saudar o nobre Vereador pela iniciativa, é muito propício, precisamos discutir, trazer a sociedade para esse debate espero que vença ideias claras de como encontrar saídas para nossa cidade encontrar um caminho viável para solucionar essa questão do trânsito. Desejo sorte a todos. Um bom debate.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Registro que a Srfa. Isabel Ribeiro, está

representando Dra. Célia Regina, Secretária Municipal de Educação.

Com a palavra a Sra. Gesonita Pereira, do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

**A SRA. GESONITA PEREIRA** – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui nessa audiência pública, na verdade sou conselheira do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Respondo pela pasta dos transportes e procurei a Comissão de Trânsito e Transportes, por meio do nobre Vereador Senival Moura para pedir essa audiência para fazer alguns ajustes. Na verdade temos feito reuniões transporte escolar: Atende ,Pegue, vamos também, enquanto conselho municipal conversar com o Estado para fazer alguns ajustes nesse sentido. E também na verdade o objetivo da audiência é que tenha um grupo, que forem um grupo com as comissões da Câmara Municipal de São Paulo, com as Secretarias e com as cooperativas e as entidades representante de pessoas com deficiência para que se faça um debate amplo, para que se ajuste e até se for o caso que aumente a questão do transporte e que esse grupo se reúna, sempre, uma ou duas vezes por mês, e que tenham representante que venha para somar junto com o Conselho, porque o conselho representa a Cidade de São Paulo, as pessoas com deficiência e também as entidades e os movimentos que trabalham com pessoas com deficiência, é importante que estejam junto com a Câmara Municipal de São Paulo de onde parte todas as deliberações e têm todas as comissões que responde por cada segmento por cada pasta.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Com a palavra a Sra. Maria de Fátima, do IPBA.

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA** – Bom dia a todos. Em primeiro lugar quero agradecer por vocês estarem se mobilizando, se juntando a esse movimento que é tão importante. Coloco para a mesa uma situação que está acontecendo com alguns deficientes no Município de São Paulo quanto ao pedágio. Sei que isso já foi uma discussão anterior, mas retomo esse assunto,

para que a comissão possa tomar conhecimento desse assunto. Temos alguns deficientes que estão dentro do Município de São Paulo que usa os serviços, tanto Atende como Pegue e alguns pagam com pedágio. Eles têm essa necessidade do pagamento de pedágio pelo trânsito de São Paulo e não conseguimos a invenção.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Com a palavra a Sra. Silvana Souza do Nascimento, do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

**A SRA. SILVANA SOUZA DO NASCIMENTO** – Bom dia a todos. Muito obrigada pela realização dessa audiência que acredito que estamos aqui para somar, procurar o melhor para pessoas com deficiência, o transporte. Seja o Atende, seja o Pegue. É um direito das nossas crianças. Sou mãe, e um filho com deficiência intelectual e vemos as dificuldades que acontece por causa da demanda que vem para nós no conselho. Não é uma demanda. São várias. E logicamente, agradeço tanto o Coronel Leal, José Carlos do Atende, Sr. Hélio Maria, Izabel, que estão sempre, quando chamamos para uma discussão, para uma reunião para estarem conversando com a gente. Só tenho a agradecer todos da mesa, que estão sempre contribuindo conosco. Precisamos de mais pessoas para estar pensando no sentido de melhorando o direito de ir e vir dessas crianças para a escola. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Com a palavra o Sr. Laerte Brasil, da Uni Brasil.

**O SR. LAERTE BRASIL** – O Presidente da Uni Brasil Sindical Trabalho de Esportes e Entretenimento, que a central sindical em geral o seguro das classes dos trabalhadores, entretenimento turismo e cultura constituída dez dias atrás, que hoje é considerada a quarta maior central do País, vamos focar no serviço de mobilidade urbana de São Paulo e pelos dados que temos pesquisados é a mais violenta em transporte. Muitas mortes no trânsito, por volta de 10 mil cidadãos. Desses cidadãos 10 mil, 823 são motoqueiros; 2.565 idosos e 1035 crianças na faixa de quatro a 18 anos por falta de viabilidade de investimento público no transporte na cidade de São Paulo que hoje está um caos.

Há 20 anos apresentamos um projeto de mobilidade urbana avançada para a cidade de São Paulo que previa 300km de metrô subterrâneo e 30km sobre trilhos; 40 viadutos; 85 túneis interligando as cidades de São Bernardo, Diadema, Guarulhos e as demais cidades da região metropolitana. Mas, o Governo do Estado que se instalou retrocedeu e hoje temos somente 68km de metrô constituídos na cidade de São Paulo, sendo que 35km as obras têm sido superfaturadas.

Só para termos uma ideia, quando começaram a construir o metrô na cidade de São Paulo o México também começou a construir lá. Hoje, o México possui 245km de metrô constituídos e São Paulo, com uma renda três vezes superior, só tem 68km. A China que começou há quatro anos já possui 85km de metrô constituídos. A rede de malha metroviária do Chile e do Uruguai está mais avançada do que a da cidade de São Paulo.

Defendemos o mesmo projeto para 2021. Além desses dez mil mortos no trânsito, há 115 mil em cadeira de rodas. A cidade de São Paulo tem um prejuízo com esses acidentes de trânsito de 27 bilhões anuais para o Sistema Único de Saúde.

A pergunta para a SPTrans é a seguinte: qual o projeto que a SPTrans e o representante do Metrô têm para transformar o serviço de mobilidade urbana da cidade de São Paulo num instrumento de trabalho do povo paulistano e de lazer e como organizá-lo? O que têm a dizer e a contribuir?

Obrigado pela palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado, Laerte. Quero reiterar que essa audiência está sendo transmitida através do portal da Câmara – [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), links TV Câmara e Auditórios On-Line. Foi publicada no Diário Oficial da Cidade nos dias 19, 20, 21, 22, 23, 26 e 27 de junho.

Tem a palavra a Sra. Eliane de Souza.

**A SRA. ELIANE DE SOUZA** – Bom dia a todos. Sou transportadora do TEG desde 2002 do Programa Vai e Volta.

Quero fazer uma pergunta especialmente para a Dra. Renata, da Defensoria Pública junto ao Ministério Público. Há crianças inclusas nas escolas que estão sem o transporte. Mas, os nossos carros estão vazios, porque hoje é a diretora que decide quem vai ser transportado ou não. Ela defere ou indefere. (Aplausos)

Então, há vagas nos veículos. Minha formação é da Habilita, quando o Vereador Abou Anni ainda era instrutor. Foi um dos meus instrutores. Depois passou a ser TEG. Em 2002 a Cobrat tentou impugnar a licitação, queria que fosse jurídica e, na época, a Prefeita Marta não permitiu.

E, em 2007, houve uma audiência pública feita pelo Prefeito Kassab. Prometeu nove mil para o carro convencional e 11 mil para o carro acessível. Foi impugnado e até hoje os nossos salários estão superdefasados. Enquanto o ligado paga 13.800 para transportar um período de três a cinco crianças nós recebemos R\$ 36,88 por criança num carro convencional. Muitos condutores estão perdendo os seus veículos.

Teria de haver um meio de conversar e ver essa diretora. Os pais têm o direito de fazer relatório para falar do condutor. A diretora tem o direito de fazer relatório para falar do condutor. Mas, o condutor não tem direito a nada. (Aplausos) Secretário não atende a gente. Diz que tudo é com o DTP. Quando vamos lá nada podem fazer por nós. Então, estamos de mãos atadas querendo trabalhar e não nos dão o serviço.

Muito obrigada a todos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado, D. Eliana. Quero registrar a presença do nobre Vereador Gilson Barreto e convido-o a fazer parte da Mesa.

Tem a palavra o Sr. Jerry Rodrigues dos Santos.

**O SR. JERRY RODRIGUES DOS SANTOS** – Bom dia. Cumprimento o Presidente, demais autoridades e condutores presentes.

Minha fala seria quase a mesma a da amiga que veio relatar o fato de o nosso salário estar defasado. Em 2002, o combustível pago era de 18 centavos por quilômetro

rodado. Hoje está se pagando 25 centavos. Muitos condutores antigos, de 2002 e 2003, estão rescindindo contrato, porque não têm condições de trabalhar, estão sufocados com as dívidas, se enrolando cada vez mais.

Peço que o departamento competente analise essas questões. Tem condutor que possuía veículo do ano 2003 e retirava 5.200 reais que trocou de veículo, ano 2012, e hoje ganha 4 mil reais. Então, quer dizer, essa realidade não condiz com as condições do TEG hoje.

Há também a questão de outros condutores que na época fizeram o pedido da troca de veículo para 29 lugares. Foi autorizada essa troca de veículo, saiu no Diário Oficial. A pessoa entrou numa dívida, fez a transformação e na hora de colocar no sistema, o TEG não aceitou os veículos de 29 lugares. A pessoa teve de brigar com a transformadora para transformar o veículo novamente para 20 lugares. Tiveram de pagar pela transformação, pois a transformadora não queria refazer a transformação sem custo nenhum.

Peço a vocês que estão analisando essas questões uma nova licitação com os valores justos de 2007, que é o valor que a Eliane falou anteriormente.

Agradeço a palavra. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado, Jerry. Tem a palavra a Sra. Ana Ruiz, do Movimento Pró Autista.

**A SRA. ANA RUIZ** – Bom dia a todos. Os meus cumprimentos à Mesa. Meu nome é Ana Ruiz, sou da APAD, que exatamente hoje completa 22 anos de assistência às pessoas com deficiência e mãe ativista do Movimento Pró Autista, um movimento que constituímos há dois anos por pais, profissionais e amigos que defendem os direitos das pessoas com autismo.

Um dos direitos que defendemos é o transporte. Nem todas as crianças podem ser transportadas em transporte público, pois são agitadas e não se adaptam a ambientes tumultuados.

Então, para eles terem direito a frequentar uma terapia, tratamento educacional, lazer, tudo que têm direito, há necessidade de transporte especializado. Temos ação com a Dra. Renata na Defensoria, que está nos defendendo e essa sensibilização do direito ao transporte das pessoas com autismo, é por isso que estamos hoje aqui reivindicando à Mesa.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Convido Sandra Reis para fazer uso da palavra, Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

**A SRA. SANDRA REIS** – Pessoal, nós, do conselho, viemos até aqui para trazer propostas, principalmente pela realidade que enfrentamos. Não só a da Ana Ruiz, mas há outras deficiências que têm muitos problemas com transporte e não chegamos a um consenso. Sentamos, discutimos, planejamos, mas não há consenso. Fizemos algumas propostas para apresentar a esta Casa. Trouxemos as resoluções da 2ª. Conferência de Direitos da Pessoa com Deficiência, que foi totalmente desrespeitada na etapa estadual. Trazemos o documento até aqui para que seja analisado, que algumas propostas sejam pensadas em ser implantadas em âmbito municipal. Gostaria de pedir autorização para que eu lesse algumas dessas propostas para vocês analisarem. Posso? (Pausa)

No âmbito da Saúde temos sempre o problema das entidades que fazem o transporte para a Educação, e as pessoas que tem que usar Educação e Reabilitação, nós sugerimos que fossem mantidos os convênios com entidades que possuem escola e o convênio com Educação e Reabilitação. Isso iria trazer menor custo ao transporte, iria reduzir a demanda nas regiões, e muitas pessoas com deficiência que não tem a condição de fazer duas entidades duas semanas, que a resistência é baixa, elas utilizariam o serviço intermediário, por exemplo, duas vezes na semana. Cairia bem o custo e contemplaria as pessoas com deficiência mais severa, e não teriam que abrir mão de uma atividade. Muitas mães estão com as crianças em uma escola, que é servida pelo TAG, a criança tem que frequentar então cinco dias com o TAG, mas ela tem, além disso, reabilitação em outro local. Muitas vezes, é obrigada

a escolher entre Saúde e Educação. Se ela falta um ou dois dias na semana, no final do mês pode perder o transporte. Tem de haver um consenso porque não podemos escolher entre Saúde e Educação, os direitos são iguais, é de todos, é o mesmo direito. Essa é a nossa proposta.

Temos também os NIRs - Núcleos Integrados de Reabilitação, que são regionalizados. Eles têm uma logística de fixação de datas e horários de atendimento para que as pessoas possam ter acesso, por exemplo, ao Atende para chegar até lá. Todos sabem que o Atende funciona com uma rotina de horário e locais fixos. Se o NIR que dá a reabilitação não tem horários fixos, como o Atende vai poder dar transporte para o deficiente fazer a sua reabilitação? Não tem como.

O terceiro ponto é aumentar o número de atendimentos, está baixo. Às vezes falamos, não tem fila, está tudo bem. Não, não está. Tem gente que está em um local perdido, fechado, como a Fátima citou, e eu estive com ela nesse local, são 16 pessoas deficientes sem condução, sem nada e sem acesso a tratamento. Então, tem que ampliar o atendimento.

Também incluir no tratamento a pessoa da insuficiência renal crônica, os que fazem hemodiálise porque enfrentamos uma grande batalha. Os renais crônicos estão participando do serviço de atendimento de transporte por medida judicial, em sua maioria. Eles não se enquadram no perfil do Atende devido ao regulamento, não são caso de deficiência, às vezes gera deficiência por causa do agravamento da doença, mas não é um caso típico de deficiência.

Há outro problema grave, os motoristas que transportam não tem curso de enfermagem para transportar essas pessoas e se forem agir para qualificar com procedimento de enfermagem, podem até que responder a processo pelo Conselho Regional de Enfermagem. Houve caso de motorista que escapou o acesso da pessoa que estava sendo transportada, a pessoa quase morreu dentro da van e o motorista não pode por a mão. Por isso a nossa proposta à Saúde, a Saúde tem que se responsabilizar – eu não sei se está

presente algum representante da Saúde – junto ao transporte, seja pelo Atende, por ambulância ou o que quer que seja para que as pessoas tenham respaldo. Não adianta querer transportar, forçar o juiz a liberar liminar para ser atendido, não! Tem que ter qualidade o serviço e não correr risco, seja o motorista, seja a pessoa transportada ou outro usuário que esteja na van. É muito arriscado.

Para a Educação encaminhamos proposta para que haja qualificação e treinamento aos funcionários e professores que atendem as pessoas com deficiência; a presença de professor-assistente nas classes de pessoas com deficiência intelectual e a possibilidade de acompanhamento no TAG para as pessoas com deficiência múltipla ou severa. O TAG tem um auxiliar em sua perua, só que não está preparado para auxiliar o motorista, ou se uma criança tiver uma convulsão ou qualquer outro problema nem ele nem o motorista estão preparados. Tem que haver preparo dessas pessoas para atendimento às pessoas com deficiência.

Outro problema, irem sozinhos. Se acontecer alguma coisa no meio do caminho, quem vai se responsabilizar para descrever, para contar no hospital o que a pessoa tem, quais medicamentos toma, quem vai assinar pelo pai, pela mãe que está trabalhando, até ela chegar ao hospital? Sabe-se que segundos salvam uma vida. Não temos esse preparo nem a possibilidade de um acompanhante dentro do TAG para os casos mais graves. Também que sejam criados critérios para identificação dos casos em que há essa necessidade, sei lá, tem tanta carteirinha por aí, uma carteirinha descrevendo: a pessoa tem tal problema, ela toma tal remédio, medicamentos, não pode fazer tais e tais procedimentos. Que esteja sempre a vista, no caso de uma emergência.

Também à qualificação e treinamento de motoristas e monitores para o transporte das pessoas com deficiência, seja no TAG ou em qualquer transporte especial. E no transporte, em si, que se integre ao sistema TAG e Atende para os casos de frequência em escola e estabelecimentos de Saúde. É o que já falei, é para casar a Saúde com a Educação e não tem que escolher se vai se tratar ou estudar. Acho que todo mundo quer estudar e ter

saúde. Não tem que optar, é um serviço que tem que ser prestado, não tem que escolher entre uma coisa ou outra. Sugerimos que o TAG leve até a escola, até o estabelecimento de saúde e depois para casa, fazendo também um trabalho mais ou menos parecido com o Atende. Seria um atendimento casado. Isso resolveria o problema que o rapaz nos trouxe, que seriam mais pessoas na perua e contemplaria grande parte do problema.

Também à necessidade transporte específico para os autistas, é como a Ana Ruiz falou, as características do autismo, nós enfrentamos barreiras no atendimento porque se confunde autismo com deficiência mental, doença mental, com mil e uma coisas. Quando a pessoa tem um surto não se sabe a reação, não sabe o procedimento, os riscos que a pessoa corre porque ela mesma pode se machucar. Não é o perigo de machucar alguém, mas de repente ela mesma se machucar, é preciso evitar que aconteça. Nesse ponto estava sendo discutido *layout*. Em 13/7/2011, o Conselho se reuniu com o Atende e nós, com algumas entidades, discutimos um *layout* para transportar as pessoas com autismo, surdos e cegos. Foram dadas muitas sugestões e não foi marcada uma segunda reunião quando veio a Ação da Defensoria e ficou em aberto. Gostaria que fosse retomado, que rediscutíssemos tudo isso.

A sugestão que damos, como Conselho, é que cada Secretaria se faça responsável por esse serviço, que sentem, conversem. Enquanto nós ficarmos pensando, trabalhando separado, cada um resolvendo a sua parte, não vamos resolver o problema da população. É Transporte? É Saúde? Vamos sentar juntos com Educação e conversar, vamos ver qual a melhor forma de integrar os serviços. E isso não só para a pessoa com deficiência, mas para toda a população. Os serviços vão ser melhores, mais bem elaborados, é ampliar e melhorar a qualidade do que já tem. É só isso que nós queremos.

Agradeço a oportunidade.

Vamos protocolar esse documento junto à Câmara, juntamente com o relatório final da Conferência, para avaliação dos senhores.

Muito obrigada.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – A Assessoria acaba de informar que foram convidados representantes da Secretaria da Saúde. E um assessor chamado Ivã informou que o tema do debate não era do interesse da Secretaria, que não tinha nada a ver. Portanto, que não viria representante da Secretaria da Saúde. Essa é a informação que acabo de receber da assessoria, quando entrou em contato com Ivã, da Secretaria do Sr. Januário Montone.

(Pausa)

A Sra. Eliana já falou, mas está pedindo para falar novamente. Vou disponibilizar mais dois minutos para a senhora falar. São muitos questionamentos, o tempo não vai dar conta, e muitos da Mesa precisam falar.

**A SRA. ELIANA** – Eu ouvi a Sra. Sandra falando sobre preparação. Se não é um caso extremo de uma criança que necessita de um enfermeiro, tanto monitor, quanto condutor, todos eles são obrigados a fazerem cursos de Brigada de Incêndio, Primeiros Socorros e Mobilidade Reduzida. Nesse último, aprendemos a lidar com autistas, no momento em que surtam. Ensinamos a eles mudarem o caminho que estão acostumados a fazer. Eles fazem um serviço de cabra-cega, para sentirem como se fossem cegos. Também sentamos numa cadeira de rodas e vamos para o trânsito, para nos sentirmos como cadeirantes. Depois são passados filmes para nós. Então, todos nós estamos preparados para tratar tanto com autistas quanto para quem sofre de esquizofrenia. Na escola, não há curso para enfermeiros. Tanto o monitor quanto o condutor precisam ter curso preparatório, caso contrário, não será renovado nem o CRMC. Todos nós somos preparados. Estavam pedindo uma preparação. Para isso, temos de fazer os cursos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues(?))** – Tem a palavra o nobre Vereador Abou Anni.

**O SR. ABOU ANNI** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os nobres Vereadores Gilson Barreto, David Soares e os demais conselheiros e integrantes da Mesa. Os

questionamentos e posicionamentos da Sra. Eliane e do Sr. Jerry são os sentimentos de todos os escolares do TEG na cidade de São Paulo. Há um descaso com relação ao TEG. É inadmissível um condutor escolar, devidamente preparado, que passa por vários cursos, ser reciclado a cada cinco anos. Há várias vitórias e imposições para a categoria, para profissionais ganharem 36 reais por criança.

Em meu gabinete, já perdemos o número de quantos ofícios já encaminhamos para a Administração Pública, pedindo a licitação regular. Quanto a esse emergencial, sob o ponto de vista deste Vereador e da nossa assessoria jurídica, ele está totalmente dentro da ilegalidade, porque a lei 9.866/93, que cuida, que regulamenta as licitações por transporte de permissão e concessão, diz que tem de haver uma licitação regida por um contrato, que pode ser prorrogado por uma vez. Deve estar no 9º ou no 10º emergencial.

Quanto à convivência que os senhores têm junto ao DPP, se quiserem assinar, assinem; se não quiserem, vão embora, saem da fila. Essa categoria merece respeito. Esse é o meu primeiro posicionamento.

Quanto ao que foi falado pela Sra. Eliane e o Sr. Jerry, convivo isso todos os finais de semana, porque o meu lazer, nos sábados e domingos, é ministrar autos escolares, na *Golden Car*, no Centro Escolar de Trânsito, no Campo Limpo, e no Taboão da Serra. Compareço onde me convidam. Convivo com a dificuldade dos senhores.

Quanto à questão da demanda, o diretor é quem indica o escolar, a criança. Acho que aí há falta de administração. Por que digo isso? Porque a remuneração do TEG é fornecida e repassada pela Secretaria Municipal de Educação. Acham que esse dinheiro é dos professores. Essa é uma verba destinada ao transporte escolar.

Oportunamente, quero ouvir os representantes da Secretaria Municipal de Educação. Acredito que haja uma verba destinada a esse transporte. Por que então se limitar o número de alunos, sendo que há demandas? Recebo pais e mães que não conseguem transporte escolar gratuito, mesmo havendo demandas, havendo vagas. Temos de analisar as

coisas. Será que a Secretaria Municipal de Transportes não tinha de cuidar, especialmente, do TEG? A Secretaria Municipal de Transporte fiscaliza e a Educação remunera. Há brigas e falta de entendimento entre eles. Sei disso porque escuto falarem isso de funcionários.

Quanto ao Atende, a questão é semelhante, administrado por empresas do sistema estrutural. As empresas que fazem o transporte coletivo, em São Paulo, administram o Atende. Será que não deveria haver uma empresa específica para isso? Há empresas que terceirizam esse serviço. Vão repassando, repassando, repassando, e quem vai operar, na ponta, não tem como oferecer um transporte eficiente. Então, teriam de reestudar e reavaliar tudo isso, porque a função dessa audiência pública é encontrar caminhos para resolver o problema. Depois gostaria de ouvir muito os representantes da Secretaria Municipal de Transportes e da Secretaria Municipal de Educação, para abirmos esse debate franco e claro, sem nada para obstruir as informações. Muitas vezes, oficiam e inventam um monte de coisas. Sabemos que a realidade não é essa.

Então, é importante abirmos agora aqui o coração, porque o problema é resolver essa situação do TEG e o problema do Atende. Estou cansado de receber pedidos, no meu gabinete, de pessoas que precisam do Atende e sempre lhes negam isso, por falta de vagas. Não há vagas ou há mau administração? Temos de analisar todas essas questões.

Também gostaria de questionar a Defensoria Pública, porque temos uma emenda constitucional aprovada, a Constituição Federal aprovada, dizendo que o transporte escolar gratuito tem de ser oferecido dos 4 até os 17 anos. Ocorre que São Paulo não cumpre isso. Já há um projeto de lei de minha autoria, para que seja atendido o que está previsto na Constituição Federal. Gostaria de saber de que forma a Defensoria Pública poderia ajudar, para que o município cumpra a Constituição Federal. Não estamos inventando nada em nosso projeto. Ele foi feito para que a Prefeitura cumpra a emenda constitucional que está em vigor, na faixa etária dos 4 aos 17 anos.

Há uma grande disparidade. Faço um agradecimento à Sra. Eliane, por trazer

essas informações para toda a comissão aqui. Há um ligado que paga 13.800 reais? E esse valor vai para 18.000 reais. O TEG, em São Paulo, ganha menos hoje do que há dez anos. Não dá para entendermos isso. E o ligado vai para 18.000 reais. Há alguma coisa estranha. Só que para subsídio para o transporte coletivo são milhões e milhões de reais, todos os meses, entrando no *Diário Oficial da Cidade*. E o escolar nada? Este Vereador acompanha esse problema. Estamos inertes. Trabalhamos, só que a concessão e a permissão não dependem do Legislativo. O Vereador fica impotente aqui quando depende, exclusivamente, do Poder Executivo, o Sr. Prefeito e o Sr. Secretário Municipal de Transportes. Na grande maioria das vezes, não somos atendidos. Se alguém me questionar, nesta mesa, vou ao meu gabinete e busco os ofícios. Ficamos sem respostas ou elas ficam no ar.

Agora, para estender faixa, colocar nome de condutor à porta, com telefone ferir a personalidade dos condutores, aí são eficientes. Publicam as normas da noite para o dia. Agora, para observar a necessidade de um transporte eficiente, não vemos a Administração se mobilizar.

Parabenizo, mais uma vez, nobre Vereador Senival Moura, pois a discussão precisa vir à tona.

E os conselheiros e os representantes da Administração têm de levar essa discussão para os Srs. Secretários.

E, mais uma vez, esperaremos o TEG para o ano que vem, afinal, estamos em processo de campanha eleitoral e não pode haver licitação.

Esse é meu entendimento, a menos que esteja equivocado. Não pode haver mais licitações neste ano. Teremos campanha iniciando-se daqui a dez dias. Quer dizer, essa discussão vai se protelar por mais 6 meses.

Volto a dizer: é importante essa mobilização e espero que os representantes da Administração Pública, bem como os conselheiros, dêem continuidade junto aos Srs. Secretários para termos um transporte mais eficiente e de qualidade.

Vejam, o escolar tem prazer de trabalhar com as crianças. Ele gosta. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado, nobre Vereador Abou Anni.

Convido o nobre Vereador Gilson Barreto para fazer uso da palavra.

**O SR. GILSON BARRETO** – Bom dia a todos, saúdo a Mesa e parabenizo o nobre Vereador Senival Moura por essa iniciativa que, por meio da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, agendou essa reunião, juntamente com os Vereadores David Soares, Abou Anni e todos os Parlamentares presentes, preocupado com essa questão do TEG.

Há aspectos a serem definidos e que devem ser levados a sério.

Tive privilégio de ser Presidente dessa mesma Comissão e os Srs. Vereadores acompanharam *pari passu* todos os debates.

Algo que precisa ficar claro em função do Poder Público e do Executivo, é saber que o TEG é um parceiro. Ele faz parte da Secretaria da Educação. Enquanto não houver essa conscientização, o tratamento fica sendo como sempre foi.

Desde que a criança entra no carro, o TEG já é responsabilidade do Estado e da Prefeitura. É isso que precisa ser conscientizado. As pessoas que trabalham na ponta, no tratamento, também ter consciência disso. Então, o TEG é um parceiro e não um adversário, dentro do processo administrativo. Precisamos deixar bem claro isso.

Depois vem a questão do tratamento, quer seja na Educação, quer seja nos demais órgãos. Precisa-se tratar, portanto, como parceiro.

Sobre a licitação, nobre Vereador que me antecedeu, devo dizer que ela pode ser feita a qualquer momento, não há empecilhos quanto ao período eleitoral. Pode ser feita a qualquer momento, nos próximos meses, tranquilamente, não tem nada a ver com eleição. É algo administrativo. É obrigação do Poder Público fazer essa licitação o mais breve possível.

Há algo ainda que discordo e debato muito: sobre o veículo ser mais velho e, com

isso, o valor é reduzido. Ora, se o carro é mais velho, como fica a depreciação? Vejam, a depreciação contábil, atualmente, é 20% ao ano. Então, tem de ganhar – se não igual – até mais, para compensar a depreciação do veículo. Não pode acontecer isso: “Ah, o carro é velho, vou ganhar menos?”.

Essa questão precisa mudar, senhores que estão presentes representando o Poder Executivo. Precisa ser resolvido. O atual preço realmente não dá para a manutenção.

Há tantas outras coisas, como, simplesmente, ter mais paciência com o pessoal que trabalha no TEG.

Por exemplo, hoje, apreenderam um veículo porque o acompanhante do condutor faltou por ter ido ao médico, daí resolvem: “Vamos cortar”. Mas, o coitado está lá pagando suas prestações de 2 ou 3 mil reais por mês, comprou o carro justamente para trabalhar e não pode ir aquele dia. Depois fica sem o TEG e eles dizem: “Você está cortado e não pode mais trabalhar”, ai, tenham paciência, não pode ser tratado assim. Parceiro é parceiro. Adversário é adversário.

Outro grande problema – o qual, inclusive, os Vereadores Senival e David compartilharam comigo – é o seguinte: muitas estruturas da planilha é Secretaria de Transporte, mas quem paga é a Secretaria de Educação, ou seja, o Transporte faz a planilha e a Educação diz: “Está muito alto, não vamos pagar”. Portanto, precisa haver coerência.

Senhores, há tantas outras coisas que nós acompanhamos e precisam ser consertadas, mas o principal, nesse processo, é entender que o pessoal do TEG é parceiro e faz parte integrante do serviço público municipal e precisa ser respeitado como tal. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado, nobre Vereador Gilson.

Convido o nobre Vereador David Soares para fazer uso da palavra.

**O SR. DAVID SOARES** – Bom dia a todos. É uma satisfação tê-los nessa reunião.

Embora membro da Comissão de Trânsito e Transporte, é um grande surpresa o

que estou ouvindo e desconhecia alguns fatos. Realmente ganhar R\$ 36,00 é, no mínimo, imoral.

Chegamos no momento de pressionar. Está na hora de rever essa situação. Não dá para um pai de família viver dessa forma. Eu teria dificuldade para viver dessa forma e imagino como é para quem está nessa prática no dia a dia.

O que o nobre Vereador Gilson mencionou, no que tange à desvalorização do carro, creio que é o momento propício para fazermos um trabalho junto à Secretaria e ao Governo Municipal para criar uma linha de financiamento especial para quem faz esse tipo de transporte. Ou é parceiro ou é inimigo. Creio que sejam parceiros. E parceiro tem de ser tratado com dignidade, carinho e de forma especial.

Discute-se transportes maiores, como o taxi e tantos outros, mas está sendo esquecida a inclusão que precisa ser feita. Por isso, é um momento especial. E creio que essas discussões não vão ficar só nas palavras não, haverá ações, pois a Comissão está atenta e chegou o momento de agir.

Agradeço a participação de todos. É essencial que todos exponham suas opiniões, pois, dessa reunião, Vereador Senival, sairão ações concretas e sérias para revolucionar nossa cidade. Obrigado a todos e bom dia. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado, nobre Vereador David Soares.

Como havíamos combinado, a Sra. Maria de Fátima tem 2 minutos para seu pronunciamento e, depois, voltamos a palavra aos membros da Mesa.

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA** – Farei só uma colocação aos Srs. Vereadores, aos membros da Mesa e também da Comissão.

A capacitação e o treinamento estão completamente diferentes. Como a Sra. Sandra comentou, a Atende está transportando pessoas com alto grau de deficiência, como hemodiálise, quimioterapia e isso é competência da Saúde.

Nós, do segmento, estamos cansados de convocar a Saúde e ela nunca nos

respeita, não respeita as pessoas com mobilidade reduzida e nem os deficientes.

Estamos cansados de pedir acordo. Gostaríamos de parar com isso.

Quero passar outro assunto: o dos monitores, ou seja, todos os motoristas, independente de ser TEG ou Atende, qualquer um tem primeiros socorros, mas é diferente o tipo de atendimento. Devo esclarecer que as pessoas com deficiência não são apenas de 2 ou 3 tipos; elas são muito mais e com graus altíssimos de deficiências.

A nossa proposta é que cada secretaria tenha a responsabilidade com os seus atendidos. Saúde, Saúde; Educação, Educação; Assistência Social; Assistência Social; cada um com a sua competência. O problema é que tudo – não estou defendendo ninguém – está vindo para o serviço Atende. Quando se fala Município, a Prefeitura só enxerga o Atende. Gente, temos outras secretarias para cobrar. Essa é a hora.

Outro problema: educação à noite para as pessoas com deficiência. Isso é um absurdo. Onde vou jogar uma criança com deficiência múltipla para estar em uma escola até às 23h? E ainda nós não temos transporte nesse horário.

Gostaria que esta comissão e os Srs. Vereadores revissem essa situação da Educação, Saúde e Assistência Social também, pois está desamparada no transporte. O TEG é até os 17 anos. Os que têm 35 anos a mais também têm vida. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado, Maria de Fátima.

Corroboro com os Srs. Vereadores que fizeram uso da palavra, mas temos de discutir o que pode ser feito na realidade para que, de fato, aconteça.

A maioria é base aliada e tem condições de levar as propostas ao Governo e fazer com que isso seja aprovado. Isso tem de ser claro. Senão falamos, e depois as coisas não andam. Aí vocês cobram com razão. Por isso temos de ter um compromisso e encaminhar as propostas, principalmente a relativa à remuneração dos transportadores escolar, TEG. O Atende é um contrato dentro do contrato das concessionárias que não interferem nesse debate de remuneração do Atende.

É importantíssimo fazer esses encaminhamentos e, posteriormente, cobrar posição também. Defendo que a remuneração seja justa, adequada para quem faz um transporte de responsabilidade, como o do TEG.

Foi dito pela Eliane de Souza que são os Diretores de escolas que têm as prerrogativas para indicar o aluno que vai e o que não vai. Isso fere o princípio da igualdade. Inclusive já tive questionamentos dessa forma em meu gabinete, mas sinceramente eu não sabia que era atribuição da Diretora. Se for, acredito que essa atribuição tenha de ser mudada.

Não estou de conversa furada, não estou sendo leviano, mas já recebi várias informações de que tem, por exemplo, 10 crianças em uma determinada rua, seis são transportadas para a mesma escola e as outras não. Se for dessa forma, acabei de entender, é a Diretora que aponta. Se for assim, tem de ser corrigido para não acontecer esse tipo de coisa.

Discordo quando dizem que tem de tratar quem é parceiro, é parceiro. Espera aí, a isonomia é para todos. Não tem essa. Vocês estão prestando um serviço. Vocês têm que ser bem tratados. Todos. Eu tenho certeza de que todos estão prestando um serviço de qualidade, e têm um compromisso de responsabilidade com as crianças que transportam. Então não estamos tratando de parceria ou não. Vocês prestam um serviço e recebem por tal. O que vocês recebem hoje, segundo vocês, e o que nós acompanhamos, não é compatível com aquilo que vocês fazem. Isso é uma questão. Agora não dá para dizer que é parceiro disso, parceiro daquilo. Acho que parceiros são todos aqueles que fazem o trabalho. Então se eu não for parceiro eu vou receber um salário ainda menor? Não é dessa forma resolvemos os problemas. Estamos aqui para tentar contribuir, para tentar resolver o problema com igualdade, com isonomia. É isso que eu entendo, e acho que é isso que temos que tratar aqui.

Passo a palavra, pela ordem, ao Cel. Milton Aparecido dos Santos.

**O SR. MILTON APARECIDO DOS SANTOS** – Já os cumprimentei; é um prazer estar com vocês.

A grande maioria já me conhece, porque a gente trabalha junto com o transporte escolar gratuito.

Eu tenho muito orgulho de trabalhar junto a vocês no transporte escolar gratuito. Eu sei, e eu já acompanhei o serviço de vocês, o que é transportar uma criança de 3, 4 anos. E nós temos vários amigos nossos dizendo que trocam fralda dentro dos nossos veículos. Eu sei também a dificuldade que cada um de vocês têm para transportar aquelas pessoas com deficiência, com 20 anos, 25 anos, e com idade mental de 10, 12, 9 anos. Eu tenho consciência disso daí, e da importância que vocês têm na cidade de São Paulo. Sou um defensor de vocês. Tenho alguns colegas que eu reputo como colega, companheiro. E como falou o nobre Vereador, nós temos que somar esforços, temos que buscar uma qualidade melhor. Temos também o nobre Vereador Abou Anni, um defensor do transporte escolar. O Vereador está sempre nos corrigindo, sempre nos cobrando. E nós não fazemos mais porque nós temos limitações também – e vocês sabem disso daí.

Hoje, nós transportamos uma média de 84 mil crianças dentro do Município de São Paulo, utilizando dois mil veículos, dos quais 210 estão voltados para o transporte de criança com deficiência. E nos chama muito a atenção isso daí, porque temos que dar muito atenção não somente às crianças que estão no veículo convencional como também no veículo acessível. E nós temos uma preocupação também de colocar essas crianças que têm problemas de locomoção, de saúde, juntamente com aquelas outras crianças, no sentido de fazê-la inclusa ao meio escolar, ao meio infantil. Nós conversamos muito sobre isso daí. Temos a Profa. Isabel, que se preocupa muito com isso daí.

Quanto ao valor estabelecido ao trabalho executado, nós já estamos cansados de explicar para vocês: estamos, ainda, de fato, numa contratação emergencial. E a Prefeitura já lançou dois editais, dois processos licitatórios, e não tivemos sucesso. Os próprios interessados no transporte escolar impugnam, impõe outros valores no processo licitatório, que, no fim das contas, nós temos que, de uma maneira ou de outra, cancelar esses

procedimentos licitatórios.

E como vocês bem sabem, já tem vários aí que mostraram para mim inclusive uma publicação que saiu a semana passada, já estabelecendo uma nova comissão de licitação, que este ano, ainda, nós estamos propensos; nós vamos publicá-la. De sorte que nós temos interesse, sim, e muito interesse, em consolidar essa licitação, e fixá-los no trabalho de um ano a 60 meses, com a tranquilidade de não precisar, a cada seis meses, fazer a renovação. É preocupação nossa, sim. É preocupação minha, principalmente, que vocês tenham um respeito no serviço, no bom serviço que vocês prestam. Porque é exigido de cada um de vocês também o serviço pela preciosidade que nós temos na mão. Nós, que eu digo, a administração e vocês, que transportam essas crianças. Eu tenho muito orgulho.

Eu já sou aposentado da Administração Pública; fui convidado para trabalhar no TEG, onde fui um dos diretores por dois anos e pouco; e hoje estou como assessor do DTP. E eu sempre estou a par e passo com o Hélio, para saber o que e como está acontecendo.

Toda hora estou conversando com a Profa. Isabel: “Professora, nós temos que melhorar isso; isso está muito bom, parabéns; nós temos que conversar com fulano; nos temos que tratar melhor cicrano o beltrano”. Isso daí é uma constante nossa.

E coloco mais uma vez para vocês: a minha porta está aberta a todas às querelas que houver dentro do TEG, ou mesmo às sugestões para a sua melhora. Nós estamos abertos, com ouvidos atentos, para atendê-los.

Há questões que não estão voltadas e que não são do meu “patamar”. No entanto, farei o possível para melhorar esse serviço de importância primeira numa sociedade. E como foi bem dito aqui: a preocupação primeira de uma população sadia, proba, e que mais tarde vai prestar um bom serviço para a sociedade, está no banco escolar. E nós, por obrigação constitucional, temos que facilitar e viabilizar a ida dessas crianças para a escola. E se nós queremos um país melhor no futuro para o meu filho, para o meu neto, eu tenho que cuidar das minhas crianças hoje. E eu sou um instrumento para isso, e disso tenho consciência, motivo

pelo qual levo muito a sério o meu serviço. E só não faço melhor pelas minhas limitações.

Parabéns a vocês! Eu tenho a obrigada de enaltecê-los e parabenizá-los em público. Não desistam, pois o futuro de vocês, como profissionais do transporte escolar, é probo, é saudável. E cada vez mais o Estado vai ter que estabelecer a facilidade de ir para a escola, com mais veículos e condutores, para levá-las às escolas, e sem limitações.

Hoje, nós temos as limitações pelos problemas que nós temos dentro da área. Mas também estou de acordo com o nosso Vereador no sentido de que nós temos que transportar todas as crianças. E nós vamos fazer isso.

Agora, temos que acreditar nisso daí! E mais uma vez obrigado.

A licitação vai sair este ano. Tudo está indicando que ela vai sair este ano. (Palmas)

Nós estamos estudando o melhor edital que a gente possa fazer. Estamos convocados alguns profissionais do jurídico, para que, ao nos auxiliar, nós incorramos em erros novamente, do tipo que possam fazer esse edital ser, mais uma vez, revogado. Tentaremos fazer o melhor.

Continuarei à disposição. Há meia dúzia de pessoas olhando para mim, que toda hora conversam comigo, toda pedindo informação e trazendo sugestão para o transporte escolar gratuito. Eu os recebo com muito carinho. Eu os respeito muito.

Obrigado, mais uma vez. Trabalhemos juntos, como falou o nobre Vereador.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Tem a palavra o Sr. Élio Yoshiaki, Diretor do TEG.

**O SR. ÉLIO YOSHIAKI** – Nobres membros da Mesa, Dr. Senival.

David Soares comentou sobre 36 e 38.

Nós temos, na realidade, um tripé de valores: aluguel, quilometragem e o valor pago por criança.

Também temos o problema de carros, que praticamente nós tivemos um aumento de carros acessíveis, destinados a pessoas com mobilidade reduzida. Então nós tínhamos 170,

e fomos para 210 carros. Então houve um aumento de carros para atender da melhor maneira possível as pessoas com deficiência.

E faço das palavras do Cel. Milton as minhas: somos agradecidos aos condutores, aos monitores, que têm prestado um bom atendimento para as crianças – tanto que não temos reclamações dos pais em relação aos condutores. E alguns condutores, mais prestativos ainda, colocam algumas revistas em quadrinhos, colocam uma água para a criança beber, dando, portanto, um atendimento de primeira qualidade.

E nós verificamos também, nobre Vereador, que o transporte TEG, como Atende, é como se fosse uma coisa de primeiro mundo: não existe o transporte porta a porta, o que nós fazemos.

Queria agradecer todos que estão aqui, assim como agradecer pelo convívio.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Tem a palavra o Sr. Marco Aurélio Mathias, coordenador.

**O SR. MARCO AURÉLIO MATHIAS** – Eu só queria agradecer. Sempre me coloquei à disposição dos condutores. Aliás, até comento com o pessoal que eu sou figurinha fácil lá, já que estou lá o tempo todo. Então estou sempre à disposição para discutir e tratar o que estiver no meu nível. E o que não estiver no meu nível, é aquilo que é tratado, que vá aos níveis mais altos. Continuarei à disposição para aquilo que for necessário e no que eu puder fazer. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Marco Aurélio, queria fazer uma pergunta ao senhor sobre a questão da diretora.

É atribuição da diretora da escola indicar o aluno que será transportado?

A outra pergunta é sobre a questão da adaptação do veículo. Se isso foi realmente um pedido do DTP, para adaptar a capacidade para 20 novos lugares, e pós essa adaptação, esse veículo foi reprovado na SPTrans. Gostaria de saber se isso é fato, e qual foi o motivo. Enfim, o porquê da reprovação.

**O SR. MARCO AURÉLIO MATHIAS** – Eu estou com um pequeno problema, que eu estou ter que passar as duas perguntas.

Só para deixar bem claro: o transporte escolar gratuito é intersecretarial – uma parte é feita pela Secretaria Municipal de Transportes e a outra é feita pela Secretaria Municipal de Educação. Então toda essa questão de demanda dos alunos, da diretora, é da Secretaria Municipal de Educação, por isso vou passar a pergunta para a professora responder.

Sobre o carro de 28 lugares, que o Jerry comentou também, e sobre o qual já conversamos bastante, o Cel. Milton vai responder.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Primeiro, a Profa. Isabel.

**A SRA. ISABEL** – Com relação à demanda.

Primeiro, o pai ou a mãe, o responsável, preenche o cadastro na unidade escolar. Depois disso, é feita uma análise pelo responsável do TEG na unidade escolar, e se estiver dentro dos critérios estabelecidos – morar a mais de dois quilômetros; se é deficiente, que tem atendimento prioritário; e, se estiver barreira física, o aluno também é atendido. Dada essa relação, é encaminhado para a diretoria regional, que encaminha para mim, que faço essa análise.

Eu não tenho conhecimento, Dra. Eliane. Inclusive eu a conheço, pelo expediente que a senhora encaminhou para a Secretaria Municipal, onde eu respondi, baseado em todo um levantamento. Eu não tenho ciência de que algum aluno está deixando de ser atendido por residir a mais de dois quilômetros, estando matriculado.

O que eu tenho lá são vagas preferenciais, que funciona assim: a Prefeitura tem a obrigação de dar uma vaga ao aluno próximo de casa. Quanto mais próximo de casa, melhor, até pela parte pedagógica.

Por exemplo, eu tenho um aluno que mora no Ipiranga, mas a mãe quer que ele estude na Vila Mariana. Isso se torna vaga preferencial. E depois que essa mãe escolhe essa

unidade, efetivada a matrícula, ela quer todos os direitos, e nós não podemos, porque ela escolheu uma escola que está a mais de dois quilômetros, e eu tenho que fazer o bom uso do dinheiro público. Então eu sempre encaminho este aluno para mais próximo de casa. Se eu não tiver uma unidade a menos de dois quilômetros, eu atendo com o TEG. Geralmente é o que acontece.

No seu caso, Dona Eliane, eu recebi mais de 30 reclamações de mãe, em que a senhora... Enfim, eu já respondi o expediente.

Esta demanda é atribuída, sim, aos condutores, dentro da legislação.

Existem pedidos de 1.800, 1.900. Eu não tenho essa autorização, eu sigo a legislação.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. ISABEL** – A barreira física também.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. ISABEL** – Eu recebi, hoje, um expediente em que a diretora não havia justificado a barreira física. Eu entrei no Google, fiz a pesquisa, e já entrei em contato com ela.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. ISABEL** – Mas tem barreira física.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. ISABEL** – DRE de São Miguel?

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. ISABEL** – Eu vou entrar em contato e fazer a análise.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. ISABEL** – Olha, a orientação que eu dou...

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Vamos combinar o seguinte? Vocês podem encaminhar os nomes desses diretores para a comissão, porque aí vamos convidá-los para prestar esclarecimentos na comissão do funcionalismo público. (Palmas)

**A SRA. ISABEL** – Eu vou fazer uma análise. Gostaria que vocês me encaminhassem.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Deixem a professora continuar explicando. Posteriormente, nós convidamos.

**A SRA. ISABEL** – Eu gostaria que vocês me encaminhassem os emails. Podem encaminhar também pelo DTP. Vamos retomar a questão da barreira física, porque, conforme a legislação, ela é justificada pelo diretor.

Mas quando recebo algumas solicitações, vou lá. O DTP também tem ido *in loco* e muitas vezes voltamos atrás. Mas precisamos ter a reclamação.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Quero passar a palavra ao nobre Vereador Abou Anni. Depois, a senhora retoma.

Registro a presença do nobre Vereador Aurélio Nomura, da douta Comissão.

**O SR. ABOU ANNI** - Presidente, eu tinha de pedir uma questão de ordem, porque creio que estamos falando línguas diferentes nesta audiência pública.

Se não é a diretora que faz a indicação da criança, ela restringe o acesso aos NAIs, ela não encaminha os pedidos das professoras. Acaba interferindo na demanda.

Com todo respeito, Profª Isabel, a questão que a senhora comentou em razão dos pedidos, dos ofícios dos pais que pedem as crianças mais próximas da escola, não me recordo de um ofício deste Vereador atendido. Não me recordo.

Todos os ofícios de pais que chegam aqui pedindo para que as crianças estudem mais próximas das suas casas não são atendidos. Olha, a sequência é número tal. Não existe nem vaga. Não há vagas nas escolas. (Palmas)

Estamos com discursos diferentes.

E a questão de a senhora falar sobre a nossa colega condutora escolar, a Sra. Eliane, sobre reclamação, isso é problema do DTP, lá tem o setor de disciplina e não é o fórum adequado para questionar isso. Não é agora. Há órgão responsável para se questionar todo e

qualquer tipo de denúncia quanto ao transporte escolar. Este não é o fórum adequado.

Obrigado, Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado nobre Vereador Abou Anni.

Professora Isabel.

**A SRA. ISABEL** – Com relação ao TEG e Atende, temos feito vários atendimentos.

De dois anos para cá, aumentamos de 2.010 para 10 mil alunos com deficiência, num total de 84 mil atendimentos todos os dias.

Estamos verificando a possibilidade de esse atendimento entre o TEG e posteriormente o Atende.

Neste momento, pagamos o valor quilometragem, criança e o valor do veículo. No caso de um levar e o outro buscar, teríamos de estudar a melhor forma para não prejudicar no pagamento de vocês.

- Manifestação da plateia.

**A SRA. ISABEL** – Pois é. Mais do que já estão não daria.

Temos também uma parceria entre o TEG e o Atende.

Hoje, temos 113 alunos nossos sendo atendidos pelo Atende, que são alunos com mobilidade reduzida, com alto grau de deficiência.

Na medida do possível, temos atendido todas as solicitações, principalmente quanto os alunos com deficiência. Temos essa grande preocupação. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Pessoal, temos um horário a cumprir, infelizmente não poderemos debater. Por isso, abriremos as inscrições para que todos falem.

- Manifestação na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Sim, só um segundo, por gentileza.

O horário previsto é até às 12h. A assessoria já conversou e conseguimos estender um pouco mais, até 12h30, 12h40. Se continuarmos com o debate sem sermos objetivos, não vamos resolver o problema.

- Manifestação na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – O Coronel Milton vai falar agora, creio que ele já pode responder sobre a questão do preposto. É importante.

**O SR. MILTON APARECIDO DOS SANTOS** – Falaremos primeiro sobre os veículos ...

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Os 29 lugares.

**O SR. MILTON APARECIDO DOS SANTOS** – ... que estão aparecendo agora com 28 lugares.

No ano passado, recebemos três veículos desse tipo, no sentido de que estavam entrando no DTP para homologação, para autorização de trabalho.

Quando observamos, esse veículo com 28 lugares está sustentado em um chassi de micro-ônibus, em que há no máximo 20 lugares. Eles pegaram um chassi de micro-ônibus e ao invés de atender a legislação para 20 lugares, colocaram 28 e o transformaram em ônibus.

Isso foi feito em Minas Gerais, fizeram a transferência para uma CIRETRAN do interior de São Paulo; depois foi transferido para a CIRETRAN da Capital, de sorte que muito preocupados com a segurança das crianças, porquanto esses 28 lugares estão montados em cima de um chassi de van.

Isso está causando preocupação para a Administração Pública, para a Secretaria Municipal de Transportes, no transporte das crianças.

Dentro desse quadro entramos em contato com um corpo de técnicos e engenheiros da SP Trans para avaliar isso; com o DETRAN para que analise essa documentação que foi elaborada, autorizando o referido carro, se efetivamente o veículo dá segurança ao transporte escolar.

Estamos apenas aguardando o resultado para tomar uma providência, no sentido de liberar ou não o veículo para o transporte escolar.

- Manifestação na plateia.

**O SR. MILTON APARECIDO DOS SANTOS** – Temos uma Portaria que estabelece esses parâmetros. Primeiro, chegaram - conforme o início da minha fala – três ônibus desse tipo e nós não o conhecíamos.

Veio a discussão para o diretor do DTP, em seguida ele reuniu os técnicos da SP Trans e os diretores do DTP para verificar como ficariam esses ônibus. Para que não prejudicasse esses três veículos, o diretor, por cautela, orientou que aprovasse os ônibus e que se tomassem as providências quanto a sua segurança. Foi isso o que aconteceu.

De imediato, fizemos um documento e quem quiser conhece-lo, vá ao DTP, procure-me que o trarei para você. Foi feito um documento ao DETRAN para que se manifestasse quanto à segurança do ônibus no transporte escolar. Estamos aguardando.

- Manifestação na plateia. (Palmas)

**O SR. MILTON APARECIDO DOS SANTOS** – Qual é a tonelagem desse veículo?

Eu pediria que o senhor fosse até o DTP para a gente verificar isso.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Pessoal, pela ordem.

- Manifestação na plateia. (Palmas)

**O SR. MILTON APARECIDO DOS SANTOS** – Vocês têm consciência do veículo correto, é a van de 20 lugares, sendo 18 para crianças e dois para o monitor e o motorista. Esse é o veículo correto, na cidade de São Paulo, para transportar crianças de porta a porta, da sua residência à escola e vice-versa, com segurança e tranquilidade.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Quero estender a pergunta ao Coronel Milton: Qual o tempo que o Detran, junto com o DTP, leva para resolver esse problema?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – O objetivo aqui é não prejudicar ninguém e resolver o problema de quem precisa. E o que os senhores estão sugerindo aqui é interromper os que estão operando. A minha sugestão é resolver o problema daqueles que precisam. E é isso que quero ouvir do Sr. Coronel.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Entendi. Vou perguntar ao Sr. Coronel se é uma Portaria ou um Decreto que está autorizando isso. Coronel Milton, o que foi publicado é uma Portaria ou um Decreto?

**O SR. MILTON APARECIDO DOS SANTOS** – Temos a Resolução 316, que estabelece o escolar, sendo montado em cima de um chassi, com a tonelage que não me recordo agora, que comporte 20 pessoas, 20 bancadas, das quais 18 estão voltadas para os escolares, uma para o motorista e outra para o monitor. Esse é o carro que temos. Quanto a esses carros que os senhores citaram de 25, 27, 28, 29 lugares, isso foi a mudança das exigências antes da Resolução, em que foi permitido àqueles que já trabalhavam com veículos com bancadas menores que os mantivessem em operação até o sucateamento do veículo.

Eu gostaria que o nobre Vereador Abou Anni, conhecedor desse assunto, complementasse o meu discurso a respeito dessas resoluções.

Obrigado.

**O SR. ABOU ANNI** – Realmente, existe a Resolução 316, que disciplina esse aspecto. Mas o que entendo, Coronel Milton, é que quem define capacidade de veículo é o órgão estadual de trânsito. O Detran que deve restringir, e não o DTP. Uma vez que o Detran homologue esse veículo para 30, 40 lugares, seja qual for a capacidade, o DTP tem de acatar, porque o Poder Público Municipal não pode sobre essa matéria, que é de competência do órgão estadual de trânsito. Então, seria importante convidar o Diretor da Divisão de Fiscalização de Trânsito para ele poder esclarecer quais os critérios do Detran. Uma vez que o Detran expede o documento, entendo que o DTP não pode questionar, porque capacidade do veículo é de competência do poder estadual e que dá o cumprimento à sua Resolução, que é uma norma federal. Os Estados têm de fazer cumprir a Resolução, e não o órgão municipal de trânsito.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Não estamos legislando sobre esse

assunto, estamos muito atentos àquilo que o Detran está fazendo e estamos respeitando-o. Preocupados com a segurança das crianças, questionamos o Detran quando um veículo fabricado para transportar 20 pessoas está transformado para 28 pessoas.

**O SR. ABOU ANNI** – Então, enquanto o Detran não responde e não publique um ato administrativo, o DTP não pode agir. Porque o DTP tem de aplicar, e não tentar cuidar da segurança das crianças. É lógico que a prioridade no transporte escolar é a segurança das crianças. Mas quando começamos a fazer interpretações e a criar regras novas podemos interferir na vida das pessoas. Por isso a importância do Detran nessa reunião.

E o Detran possui outras responsabilidades. Inclusive este Vereador já representou o Detran no Ministério Público, por abuso de autoridade e multas aplicadas dentro do DTP.

Coronel Milton, fiquei muito contente de saber que a licitação sai este ano. A nossa Assessoria estava entendendo que, por questão da lei de responsabilidade fiscal, o Poder Público não pode protelar dívidas para outra administração, a menos que esteja previsto no Plano Plurianual. Essa é nossa preocupação. Estou aqui apoiando para que saia a licitação este ano.

Outro questionamento é que a licitação passada está dando preferência para as cooperativas. Isso continua previsto na nova redação do Edital? E existe alguma informação privilegiada de que essa licitação só saia por cooperativa, porque muitos condutores estão se mobilizando e criando cooperativas, e ainda o Edital nem foi publicado.

Então, estou preocupado com essa questão. Acho que a Administração tem de ser imparcial. Com todo o respeito aos nobres Vereadores e toda a Administração, e aos cooperados que também respeito, mas no meu ponto de vista cooperativa tem ônus e bônus, você ganha e reparte, agora, tem um milionário e o resto trabalha como escravo. Isso chega a 25% de desconto por cooperativa. Recebendo R\$ 4,5 mil mal dá para pagar o veículo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Nobre Vereador Abou Anni, quando citar

cooperativas, é bom apontar quem é, porque não dá para dizer que todas são iguais.

**O SR. ABOU ANNI** – Sr. Presidente, respeito as boas cooperativas.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Se estamos tratando aqui de igualdade, de isonomia, tem de citar as cooperativas, porque esta é uma audiência pública, então, entendemos que todos têm de ser tratados igualmente. Da mesma forma que acho que está errado pagar mais a quem é de cooperativa, quando citar cooperativa tem de apontar cooperativa x ou y. Não há problema algum em citar nomes, pois é uma audiência pública.

Agora não dá para dizer que são todas iguais. Não concordo. Concordo quando V.Exa. diz que respeita as cooperativas que prestam serviço de qualidade. Mas não dá para alegar que todas são iguais, pois não concordo.

Tem a palavra a Sra. Eliana.

**A SRA. ELIANA** – Nobre Vereador, esta audiência foi solicitada principalmente para tratar da questão das pessoas portadoras de deficiência. Estamos tentando buscar soluções aqui. Acredito que os senhores têm suas razões de protestar, de querer negociar, mas estamos perdendo o foco.

Os beneficiários dependem sim dos condutores, mas os usuários precisam ser pensados também aqui, então precisamos discutir sobre essa questão.

Fui convidada para falar a respeito da pessoa com deficiência, não a respeito dos condutores.

Obrigada. (Palmas)

**ABOU ANNI** – Sr. Presidente, o tema desta audiência pública, conforme publicado no *Diário Oficial*, é sobre crianças com mobilidade reduzida e TEG.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Já temos aqui a sugestão de uma nova audiência pública, porque vamos convidar Detran e também Secretaria da Saúde.

Tem a palavra a Sra. Eliana.

**A SRA. ELIANA** – Vim também porque sou do TEG e me interesse por uma nova

licitação. Estou fazendo curso de preparação para mobilidade reduzida. Tanto gosto do meu serviço com as crianças especiais como com as crianças normais.

Fui criticada por algumas pessoas, como a Sra. Cida Xavier, da DRE-10; a Sra. Rita Cristina Ferreira, Diretora da EMEI Roberto Alves, no Jardim das Camélias. Ela nega transporte a crianças, pois tenho carta de pais que ficaram seis meses esperando transporte.

Hoje estou na EMEF Fernando Azevedo, transporto crianças a 300 metros da escola sem barreira nenhuma. Depende da diretora. E provo! Estou à disposição. Já estou com o processo todo montado de tudo o que está acontecendo. E quando tentamos falar com o Secretário, ele não atende, e só se consegue chegar até o Sr. Marco Aurélio, o Orlando e o Marco Arnaldo, que nos atendem bem no DTP, o resto nos atende muito mal.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Tudo está sendo gravado. A Dra. Renata, da Assessoria, está anotando tudo.

Tem a palavra a Sra. Sandra, Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

**A SRA. SANDRA** – Como que é resolvido o problema da lista única das escolas municipais e estaduais? Pois as escolas não vão às escolas mais próximas. Elas são encaminhadas conforme saem as vagas.

É verídico o que foi dito sobre as Diretoras. Hoje, pela manhã, transferi uma ligação à nossa conselheira Silvana, que é da Educação, por mais uma denúncia sobre uma diretora agindo arbitrariamente contra uma criança portadora de deficiência, escolhendo se ela vai de TEG ou não e questionando os dois quilômetros. Uma criança com deficiência não tem prioridade?

Então, é o momento de nos reunirmos com a Secretaria de Educação numa próxima audiência pública, e com a Secretaria de Saúde também, porque ela tem de responder as nossas perguntas aqui. E a respeito do tratamento das crianças com deficiência dentro das

entidades, não estamos questionando o treinamento que os senhores recebem, mas a qualidade do atendimento, que deveria ser muito mais amplo e abranger muito mais tipo de deficiência. Nem o SAMU sabe como atender uma pessoa com deficiência. Temos muitas reclamações a respeito.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Tem a palavra o Sr. Carlos Eduardo Leal.

**O SR. CARLOS EDUARDO LEAL** – O Atende, hoje, presta serviços a 7.224 pessoas, entre usuários e acompanhante, com uma frota de 384 veículos. Trabalhamos junto às concessionárias e conseguimos amarrar justamente nas negociações e exigimos a implantação de mais veículos do Atende.

O Atende não é contra o direito de transportar nenhuma pessoa com deficiência ou para tratamento. O que fazemos questão de destacar é que o veículo do Atende não foi preparado para transportar todos os tipos de deficiência. Hoje temos uma demanda, seja do Ministério Público, da Defensoria, do Judiciário, que tudo quanto é problema de transporte de pessoa doente ou com deficiência é para o Atende. Somos a favor de discutir, sim, a criação de um serviço que pode estar junto ao mesmo setor ou área da SPTrans, mas a criação de serviço apropriado. Hoje, o Atende tem um elevador, como tem o TEG que, com certeza, dificulta o acesso de pessoas com insuficiência renal crônica e nós temos, por determinação judicial, de transportá-los.

O autista tem uma série de problemas característicos da deficiência. Somos contra transportar o autista? De maneira nenhuma, nós falamos é que os veículos não são adaptados. Em média, temos na viatura do Atende quatro bancos. Levamos, além do acompanhante da pessoa com deficiência e o cadeirante, às vezes, levamos o cadeirante que pode ter a cadeira dobrável. Tudo isso é logística. Na hora em que o Atende passa a atender aquelas pessoas para as quais o serviço não foi criado, eu deixo de abrir vaga à deficiência que deve ser atendida e essa é a nossa discussão.

Especificamente quanto aos autistas, iniciamos um trabalho, várias entidades estiveram na São Paulo Transporte, discutimos sobre qual o melhor *layout* para o veículo, discutimos qual o perfil que deve ser dado ao autista porque nem todo autista precisa ser transportado de forma diferenciada, pode usar o ônibus e recebe o bilhete gratuitamente para pessoa com deficiência. Temos autista que faz musicoterapia e viaja no ônibus normal, vai e volta sem problema. Precisamos definir então o perfil. Felizmente, as instituições estão unidas para obter o serviço, mas não consegue nos informar qual a demanda em São Paulo. É difícil criarmos um serviço sem ter a demanda. Início o serviço com dois, dez ou 200 veículos? Eu atendo você ou você? Precisamos ter isso claro. Não é que nós não queremos. Quando sentamos para discutir estamos abertos à discussão. Atende nunca esteve fechado a qualquer discussão, recebemos todos, como o conselho testemunhou. Mas nós temos de ter o pé no chão, o poder público tem limite orçamentário. Precisamos identificar o perfil, é esse? E quantos são? Se não vamos começar um serviço como o Atende começou. O Atende começou há 15 anos com uma demanda enorme e ele abria a inscrição, quem fez, fez e nós fechamos amanhã. Acontece que um número muito pequeno era atendido e o restante ficava a ver navios. Em vez de inclusão fazíamos exclusão, e isso nós não queremos. Vamos iniciar o serviço? Vamos. Vai conseguir atender a todo mundo? Logicamente, não. Mas temos de ter um começo melhor do que o Atende quando foi criado.

Quanto ao pedágio, nós estamos verificando junto à Presidência da SPTrans para achar uma saída para pagamento do pedágio, tendo em vista não ter acesso próprio ao bairro sem ser pela rodovia.

Agora, um parêntese: desconheço qualquer pessoa que não tenha sido atendida pelo Atende. Se ela tem perfil pode demorar para ser atendida, mas para quem não sabe, o pessoal do TEG deve saber, e para os demais informamos que dependemos de rotas. A rota é montada em função de horário, origem e destino. Precisamos que coincidam algumas coisas para encaixar uma pessoa numa determinada rota. Se não encaixa, nós temos que tirar a

pessoa dali e encaixar em outra rota. Isso é um jogo de xadrez que, logicamente, demora certo tempo. Juntamente com o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência é que foi criado o regulamento, não a legislação que criou o Atende, mas o regulamento para que funcione e possamos atender a todos da melhor forma possível.

Obrigado.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado, Carlos que, neste ato, representa a Secretaria de Transporte, o Secretário Marcelo Branco.

Quero fazer um comentário sobre a questão do pedágio. Há quatro, cinco anos, pelo menos, nós cobramos nesta Casa, mas não resolvem. Ora a Secretaria diz que é problema do Detran, ora é questão financeira, etc. Acho que como é um problema institucional o Estado tem de resolver, não dá para cada ano contar uma história. Tem que resolver, acho que passou do tempo de resolver a questão do pedágio. A arrecadação, tudo bem, é uma empresa terceirizada que recebe os recursos, mas não dá adaptar um Sem Parar que fique por conta da Secretaria? Uma coisa simples de resolver, no meu ponto de vista, no meu pouco entendimento, eu acho que seria isso. E não ficar sempre jogando: não dá para resolver... Acho muito ruim. O senhor não precisa comentar, mas se quiser fique à vontade.

**O SR. CARLOS** – Gostaria de esclarecer porque há dificuldade nas esferas governamentais. E nós temos uma legislação financeira rígida, que dificulta esse tipo de caso. Não é tão simples de resolver como pode parecer. Na prática, nós que vivemos o dia a dia, e pagamos pedágio individualmente é fácil, mas para o Governo destinar verba para isso, não é tão fácil. Mas estamos correndo atrás.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Convido a usar a palavra o Sr. José Carlos Biagioni.

**O SR. JOSÉ CARLOS BIAGIONI** – Vou falar rapidamente até complementando as palavras do Carlos. A administração do serviço Atende não é feita pelas empresas. É a São

Paulo Transporte que faz a administração. Nós recebemos a demanda, criamos as rotas de atendimento e enviamos as ordens de serviço para as empresas, que executam. As empresas executam e nós acompanhamos, fiscalizamos. A demanda, como já foi dito sobre os ofícios da SPTrans que o Atende não tem vaga, hoje não existe. A demanda está superequilibrada, casos excepcionais de rotas para as quais não temos veículos, nós estudamos e tentamos encaixar. Mas a maioria dos pedidos que nos chegam, em um, dois, três meses no máximo é atendido. A demanda está equilibrada.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Passo a palavra ao Sr. Hélio Souza de Menezes, Presidente da Associação Regional de Transporte Escolar – Artesul e Coperart. Ele foi atacado e tem então o direito de se defender, por dois minutos.

**O SR. HÉLIO SOUZA DE MENEZES** – Quero agradecer a todos que estão aqui. Quero dizer que ouvir do nosso representante de SME, que vai haver licitação, eu fico meio contente e não totalmente porque foi formada uma Comissão de Licitação e nós, condutores escolares, queremos não participar do edital, mas da formação de preços porque nós fomos considerados, avaliados pelos pais, muitos condutores estão recebendo avaliação da escola, e como disse o Coronel Milton, o nosso trabalho está sendo parabenizado. Então, como está sendo parabenizado e elogiado, pergunto: por que não tem remuneração digna? Como não é digna, queremos participar da formação de preço da licitação, não queremos ter informação privilegiada do edital, mas sim na formação do preço. Quando da última licitação, que foi impugnada e cancelada pela Prefeitura, em abril, esses valores para nós operarmos ia ficar difícil e era um preço aberto, o menor preço, ia haver muitos e muitos condutores que iam colocar o preço lá embaixo e não ia operar, ou seja, o sistema ia ser prejudicado. Quem vai perder? O TEG, que é acessível ao pessoal. E aqui estamos para falar do transporte dos deficientes.

No TEG temos 10% dos veículos utilizado no TEG acessível, que transporta as mesmas crianças para a escola que o Atende faz as demais instituições. Em relação a isso,

queremos reajuste já porque não conseguimos mais operar. Queremos saber também do seguinte: por que o TEG não aceita veículo anunciado para o transporte acessível se o Atende aceita outros veículos? Aceita Splinter, Máster e o TEG só do Catho(?) no acessível? Então, se um veículo serve para um transporte e para outro não serve, por que isso se o transportado é o mesmo? É a criança com deficiência. E no caso atende não só crianças, mas também adultos com deficiência. E isso ocorre no TEG que também atende, atende crianças e até adultos com 30 até 35 anos, leva para a escola para fazer inclusão social.

Vou deixar então para a Professora Isabel uma planilha de custo reivindicada em 24 de setembro de 2011. Até hoje não tivemos resposta relativa a isso. Não queremos, a cada ano que passa, o valor reduzido que nós recebemos. Todos explanaram a situação que é geral. Não é só de um ou outro condutor. Temos demanda e não nos oferecem veículo para que sejamos remunerados. Ocorre que temos dificuldade quanto à demanda e para ser remunerado. Temos várias considerações que levaremos a você, que chegue agora as suas mãos as reivindicações para reajuste.

Junto ao pessoal da Comissão de Licitação, há três membros presentes, pergunto: por que não podemos participar da formação de preço? Nós queremos participar, esse é um anseio de todos os condutores escolares.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Como havia combinado, vou ceder dois minutos às pessoas que pediram. Primeiro, tem a palavra o Jerry Rodrigues dos Santos.

**O SR. JERRY RODRIGUES DOS SANTOS** – Obrigado. Fiz um levantamento e o que é ligado, hoje, paga 12 meses cheios, o mês de férias, ele paga cheio. É ao contrário, hoje, da Prefeitura. Caso o transportador do TEG esteja de férias, ele recebe só a remuneração do veículo e as nossas despesas são as mesmas. Não é porque estou de férias que eu vou deixar de comer, de pagar água, de pagar a luz.

Outra questão é que esta audiência poderia ser feita aos sábados para que todos

participassem. Hoje têm muitos que estão trabalhando, não puderam comparecer e é do interesse de todos.

A questão da demarcação na porta da escola para o deficiente físico. Eu trabalhava em Santana, numa escola, o carro do Atende tinha que parar do lado oposto da rua poder descer a criança, o cadeirante porque na porta da escola não havia demarcação específica para o deficiente físico.

Em 2003 eram atendidas 105 mil crianças, tinha mais de 1500 carros operando e como tiraram o período da fome, que era dado o nome do intermediário, acredito que a demanda tinha que dobrar a quantidade de crianças atendidas e não diminuir.

No caso das pessoas não poderem adoecer, devia ter o prazo até de 30 dias para retornar a operar o veículo. No caso de uma cirurgia, de quebrar uma perna, acho que poderiam avaliar melhor do que já estar colocando um preposto.

Quanto ao contrato emergencial, alegam que não pode ser dado reajuste. Pergunto: por que não? Se fosse o caso de medicamento, não ia ser comprado esse medicamento? Eles falam que não pode dar reajuste para os nossos contratos emergenciais, se é na necessidade da Prefeitura estar comprando medicamento, a Prefeitura não vai comprar por que o medicamento aumentou?

Essas são as minhas palavras.

Agradeço, obrigado.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Tem a palavra o Sr. Antônio, um minuto.

**O SR. ANTÔNIO** – A minha questão é quanto ao que o Coronel Milton falou sobre a capacidade dos veículos. Mediante o perfil que ele passou, no próximo edital, então, os carros que tem capacidade para 29 serão impedidos de participar? Essa é uma exigência para o TEG. No caso dos particulares, eles poderão então participar? Uma vez impedido, enquanto não sair a decisão do Detran... Mas o edital, segundo o falado, está para sair. Não havendo decisão, eu

peço que tomem muito cuidado com relação a quantidade de veículos que existe com 29.

Portanto, no edital tem que estar bem explicado para nós.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Tem a palavra Jose Neri (?).

**O SR. JOSÉ NERI** – Bom dia a todos. Tenho um questionamento porque em toda audiência pública que venho a gente coloca um monte de posições, argumentos para a bancada, os condutores que falam aqui, e nada de argumento deles para nós questionar e sair daqui com uma boa intenção.

Tenho a falar referente à licitação. Estão falando que vai ser menor preço. E como venho acompanhando o primeiro contrato emergencial, e não vou citar a cooperativa, que colocou 13,99. Aqui está meu questionamento: se 36,88 centavos não dá para pagarmos os nossos ônus mensais, quanto mais entrando em cooperativa, deixando 25% para eles, fora os gastos, fora o monitor para pagar todos os impostos trabalhistas para ele porque se não pagarmos durante um ano, ele entra com ação contra nós e a Prefeitura não quer saber. Quero saber se a licitação vai ser pelo menor preço. Se for dar prioridade às cooperativas, eu vou ser o primeiro a sair, deixar o sistema. Se não deu para provar, está aqui o Sr. Hélio falando que nós somos excelentes, não temos reclamações, não deu para provar que nós, como condutores autônomos, somos competentes em nosso trabalho? Nós não faltamos, nós cumprimos horários, estamos lá todos os dias, tratamos, amamos as nossas crianças que vão ser o futuro do nosso país! Não estou lá pelo salário, estou porque eu gosto!

E outra: o 36 está a muito tempo defasado, eu não vou colocar os meus gastos mensais, mais meu carro é 25 mais um, eu não vou questionar quanto eu ganho e quanto vou gastar, mas se deixar menor preço não vai dar para operar. As cooperativas vão entrar e nós não temos como operar com os salários que vão pagar porque é mais 25% e já está defasado desde 2002, não vai dar! Tem que dar prioridade à pessoa física.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Antes de passar ao Coronel Milton, aviso que ele é que pode explicar sobre o edital, ele pode explicar tudo. Se a maioria prefere licitação por pessoa física, não tem porque ser jurídica. Tem que ser física! (Palmas) A democracia é isso, é a grande maioria. Registro a presença do Vereador Jamil Murad do PC do B. (Palmas)

Coronel, por gentileza.

**O SR. MILTON APARECIDO DOS SANTOS** – Como mencionei, já foi publicada a nova licitação do transporte escolar gratuito. No entanto, estamos elaborando e verificando os tópicos desse edital e não há nada consolidado ainda, são estudos que estamos fazendo. Estamos fazendo pesquisa para verificar o que é melhor para o TEG, para as crianças. E claro, reconhecendo o serviço de cada um de vocês, mas buscando uma qualidade no transporte das crianças. Então ainda estamos na mesa estudando a melhor forma para elaborar esse edital.

Tenho também o apoio do Jurídico da Secretaria de Transportes, juntamente com o Jurídico do DTP, para que elaborem o melhor edital que possa ser feito, buscando atender as nossas crianças. Não podemos tirar o foco das crianças. O nosso cliente é a criança e esta tem de ser bem atendida.

Aqueles que tiverem alguma dúvida, estamos à disposição no DTP. Qualquer problema ou discussão sobre o transporte escolar gratuito procurem o bloco F, que estarei lá atendendo, para dirimir alguma dúvida ou receber sugestões.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado Cel. Milton. Tem a palavra a Dra. Renata Flores Tibyriçá, da Defensoria Pública.

**A SRA. RENATA FLORES TIBYRIÇÁ** – Pretendo não me alongar muito, porque temos o teto para cumprir. A primeira coisa que é preciso deixar clara, até porque temos duas situações: usuários e prestadores do serviço, a Defensoria Pública não se confunde com o Ministério Público. São duas instituições jurídicas diferentes previstas na Constituição. A Defensoria Pública presta assistência jurídica gratuita à população carente, que não tenha recursos para custear um advogado particular. O Ministério Público atua em defesa da

coletividade.

O Ministério Público não está presente hoje. Estou representando a Defensoria Pública e justamente as pessoas carentes que não têm condições de pagar um advogado, e que necessitam do serviço da Defensoria. Acredito que provavelmente sejam todas as pessoas atendidas por vocês, prestadores de serviço, porque são pessoas que estudam em escolas públicas e que em sua maioria não devem ter condições de pagar um advogado, porque sabemos muito bem que neste país quem tem condições acaba colocando seus filhos em escolas particulares.

Essa primeira explicação é importante, até para que vocês não me tragam demandas que não dizem respeito a minha atuação. Estive conversando com o Cel. Milton - que não conhecia -, a gente já conversou muitas vezes com o Cel. Leal e o José Carlos, que são do Atende e tivemos muitas reuniões a respeito e realmente o Cel. Tem razão no sentido de que tentamos, durante muito tempo, discutir e buscar uma solução para essa questão. Entendo as dificuldades do SPTrans, da questão da definição de quem são os beneficiários desse serviço, por isso que nessa tentativa de acordo que estamos entabulando nessa ação civil pública – e isso, às vezes, só acontece com o passar do tempo – encontramos alguns parceiros da Universidade Mackenzie, que se disponibilizaram a nos ajudar na elaboração de protocolo, pessoas que são especialistas na área de pessoa com deficiência, justamente para que possamos definir quem são os usuários desse novo serviço Atende, que não seria o Atende que conhecemos, que não precisa ter o elevador. Terá um custo menor e entendo a preocupação de saber qual é a quantidade de pessoas que seriam beneficiadas por esse serviço.

Acho que com esse protocolo podemos definir quem seriam as pessoas beneficiárias e talvez com os resultados, que sejam parciais do senso inclusão que foi feito, podemos tentar, de alguma forma, definir esse número de pessoas que poderiam ser os beneficiários e aí a própria SPTrans poderia se organizar para prestar esse serviço.

Sempre tivemos muita abertura por parte da SPTrans para conversar, e acho que isso é essencial. A propositura da ação foi uma situação em que havia uma pressão por parte das pessoas usuárias do serviço, que não estavam vendo uma solução e acabou sendo proposta, não era o nosso objetivo, nunca foi, mas enfim, nos trouxe para perto de novo para retomarmos as negociações, e acho que isso é importante.

Em relação ao TEG, estive conversando com o Cel. Milton, já estávamos pensando na possibilidade de marcarmos uma reunião, inclusive, com a participação, se possível, da Educação, para pensarmos nessas soluções. Infelizmente, Professora Isabel, temos recebido por parte da Defensoria Pública, reclamações – e aí foi importante a participação dos prestadores de serviço -, porque puderam trazer a informação de que isso vem sendo decidido pelas diretoras de escola e, talvez, elas tenham alguns motivos que não deveriam ter, mas acabam tendo, de que essa atribuição não é delas, que tem de fazer isso e não querem fazer, e precisamos então pensar num novo procedimento, buscar uma solução para permitir que essas pessoas ingressem.

Acho ruim que as pessoas tenham de procurar, seja a Defensoria, seja o Ministério Público, para obter um serviço público. Não é assim que deve acontecer. Acho que as violações aos direitos acabam chegando até nós, muitas vezes, porque as pessoas não sabem o caminho. Inclusive, ontem, a Ana Ruiz do Movimento Pró-Autista nos encaminhou que a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência lançou um guia de encaminhamento, e solicitei aos assessores que encaminhassem alguns desses guias para a Defensoria, porque o que mais queremos é que as pessoas tenham autonomia e busquem os seus direitos por conta própria, não precisando se utilizar de órgãos de defesa, que só busquem realmente quando não há solução.

Então se o procedimento não está sendo adequado e isso prejudica os prestadores, porque são eles que dizem que há vagas dentro dos seus veículos e as pessoas estão deixando de ser atendidas, talvez, tenhamos uma possibilidade de pensar num novo

procedimento e conseguir solucionar essa questão e achar um caminho mais fácil em que não se encontrem tantas barreiras, principalmente, por parte das diretoras e se elas acham que essa atribuição não é delas, então temos de pensar de quem é essa atribuição.

Tenho alguns pedidos de TEG na Defensoria Pública, reclamações de não inclusão no TEG, de falta de auxiliar de vida escolar e de estagiário de pedagogia, para garantir a inclusão.

As mães são, muitas vezes, entusiastas da inclusão, querem a inclusão, mas a situação em que a Prefeitura as coloca faz com que acabem cansando dessa luta e busquem uma escola especial.

Já mandei para a Dra. Silvana Drago uma reclamação de falta de um auxiliar de vida escolar para um menino autista e não obtive resposta. Encaminhei também para o gabinete da Secretaria da Educação e essa mãe já me ligou ontem dizendo para pedir ao Estado uma escola especial, porque o Estado tem a condenação da ação cível pública do autismo. Acho isso ruim, pois não é assim que queremos resolver a questão. E essa mãe chegou para mim dizendo que quer que o filho fique até o 9º ano lá. Trata-se do CEU Feitiço da Vila e teria condições de continuar lá até o final.

Essa proximidade, seja de vocês ou nossa, com a Administração Pública, por intermédio dos vereadores, principalmente os que estão aqui nos disponibilizando esse momento para expormos nossas reclamações é muito importante para buscarmos soluções concretas.

Tem outra questão importante também para falarmos que é a intersetorialidade. Não dá realmente para conversarmos sobre uma questão referente à pessoa com deficiência sem a participação da saúde. Percebo que os prestadores estão apontando outra questão: a de que não dá para conversar com o DTP sem o Detran. Então, precisaremos de uma nova audiência pública para poder discutir justamente essa questão. Talvez seja o caso até inclusive de cindir as audiências públicas para os prestadores discutirem isso, porque têm questões

muito importantes. Embora vocês tenham trazido informações importantes hoje para as pessoas com deficiência, na hora em que deparamos com a questão do usuário a coisa se embola e a gente sai sem solução para nenhum dos lados. Isso é muito ruim.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. RENATA FLORES TIBYRIÇÁ** – Sim, seria importante. Não sei se há essa possibilidade de ser no sábado. Da minha parte sim.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Há possibilidade. Agendaremos posteriormente, doutora.

**A SRA. RENATA FLORES TIBYRIÇÁ** – Se pensarmos em fazer uma audiência conjunta com os prestadores seria importante que viessem especialmente aqueles que prestam o serviço para as pessoas com deficiência, porque um ajudaria o outro, tanto os usuários quanto os prestadores presentes, porque podem trazer as dificuldades que têm e os usuários também podem trazer as suas dificuldades. Acabamos somando esforços e já chegando a uma solução. O problema é nos perdermos em discussões que acabam não sendo de tanto interesse dos usuários, mas de muito interesse dos condutores, dos prestadores de serviço.

Em relação aos prestadores essa questão sobre a importância de serem bem remunerados tem todo o sentido, tem toda a razão. Há uma necessidade com relação a isso. É uma reivindicação justa e é justa sempre. Só que é preciso ser feita uma licitação. Infelizmente, as licitações são feitas pelo menor preço. Não é uma questão de escolha do Município ou do Estado, pode até envolver melhor preço, melhor técnica, mas é muito difícil como colocar uma questão de melhor técnica numa discussão em que estamos falando de prestação de serviço. Seria bastante complicado. Então, acaba sendo por menor preço, infelizmente. Esse é um problema que não afeta só vocês, afeta todas as contratações, porque a intenção é o interesse público que tem de buscar um valor melhor, menor para poder justamente garantir e conseguir dar conta dentro do orçamento, de pagar o serviço que ele está precisando.

Essa discussão a ser travada entre os prestadores e a Prefeitura deveria ser pensada. Talvez se vocês saírem com uma comissão, um grupo de pessoas para conversar com a SPTrans, por intermédio de algum vereador. O principal seria formar uma comissão para trazer essa questão e ter uma pauta positiva mesmo, de pensar em solucionar essa discussão.

Como eu disse, vocês trouxeram uma informação importantíssima com relação à questão das diretoras. Mas, há uma questão de vocês, um problema de vocês que precisam resolver diretamente com os órgãos competentes.

Por fim, temos de somar esforços sim. Nossa ideia e a de todos nós é a de somar esforços. Sinto-me muito mais como uma mediadora na tentativa de unir esses esforços, seja na educação, na saúde, com os representantes dos usuários das pessoas com deficiência como também de outro lado, os prestadores somarem esforços com a SPTrans buscando uma solução. É difícil? É difícil. Construir política pública é muito complicado. Não é fácil. Primeiro, é o que o coronel falou, quantas pessoas são, como a gente planeja um serviço se não sabemos quem são as pessoas beneficiárias? Temos de saber. Foi feito um censo de inclusão que precisamos usar. Já deve ter resultados parciais, porque terminou no final de maio e algum resultado a gente tem de ter sobre isso. Então, a gente precisa saber quem são essas pessoas beneficiárias. Não é fácil. Construir política pública é bastante complicado, porque é um processo e às vezes é demorado, que é difícil de ser feito, que exige o envolvimento de todo mundo e disposição para que as pessoas a façam.

Teria mais alguma coisa? Deixe-me ver. Acho que abordei todas as questões e principalmente essa questão dos condutores e dos cidadãos usuários do serviço.

Precisamos definir realmente como faremos o encaminhamento, Vereador, porque têm questões que se interligam, mas têm questões próprias dos usuários e questões próprias dos condutores. Temo que essa reunião no mesmo espaço acabe desfavorecendo ambos os lados e não chegando a lugar nenhum. Acho que precisamos tirar o encaminhamento e chamar quem não esteve presente para solucionar a questão e sair com grupos de trabalho mesmo.

Não dá para a gente pensar em terminar uma audiência pública dizendo: “Ah, tudo bem. Todo mundo falou. Todo mundo disse o que pensa, tal”. E agora, o que vamos fazer? Precisamos sair com encaminhamentos concretos, seja com reuniões marcadas, seja com trocas de telefones, *e-mails*. A gente precisa ter o *e-mail* da Secretaria porque as mães precisam saber para onde irão encaminhar essas reclamações. Precisamos sair com um encaminhamento, porque não dá para terminar uma audiência pública sem encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Obrigado, doutora. A sugestão é que nós, via Comissão de Trânsito e Transportes, apresentemos um requerimento sugerindo uma nova audiência pública envolvendo aqueles atores que não puderam participar na audiência de hoje. Essa é a sugestão principal.

A doutora está sugerindo que façamos uma audiência, se possível, distinta. Uma específica do Atende e TEG para tratar dos seus problemas específicos e outra audiência envolvendo somente os operadores. A minha sugestão é a seguinte, deveríamos fazer uma audiência com tempo envolvendo todos em uma única vez para tentarmos resolver o problema. Vocês é que deverão definir. Estou transferindo a responsabilidade a vocês, o que acham?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Duas? Acham melhor duas distintas?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Duas? Ok. Vamos apresentar o requerimento de duas audiências públicas distintas.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Dependemos do calendário da Câmara Municipal. Não há problema algum em ser aos sábados. Sempre realiza-se audiência pública no sábado. O que temos de deixar claro é que será no segundo semestre, após o recesso parlamentar.

Apresentaremos o requerimento, mas até para aprová-lo, tem de ser na Comissão

de Trânsito e Transporte, ok?

Devo lembrar que nosso tempo era até as 12h. Já são 13h. Devo dizer que procurei ser o mais democrático possível. Sei que muitas pessoas querem falar, mas não temos mais tempo.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Então, venha rápido, um minuto. (Pausa)

Utilize o microfone ali. Por favor, tem outra comissão para fazer seus trabalhos neste espaço.

**O SR.**\_\_\_\_\_ - Boa tarde.

Gostaria de saber da doutora o seguinte: se nessa modalidade de menor preço na licitação, não se poderia determinar um preço mínimo.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Sim, lógico. Sempre tem um mínimo.

**A SRA. RENATA FLORES TIBIRIÇÁ** - Sempre tem um mínimo.

**O SR.**\_\_\_\_\_ - É que existem os mínimos, colocados pelas cooperativas, mas são absurdos, impraticáveis.

**A SRA. RENATA FLORES TIBIRIÇÁ** - Mas é possível, sim, definir o mínimo.

É como eu falei, quem define isso é a Administração Pública e, claro, ela pode ouvir vocês, sim, e até coletar sugestões. A questão é se a cooperativa, em conjunto, disputando com a pessoa física, cria uma desigualdade na licitação, por exemplo, precisa-se pensar em formas de buscar essa igualdade e, assim, permitir uma concorrência igual.

O problema é definir antes, no plano de trabalho, quando se elabora a licitação, quem serão as pessoas direcionadas a concorrer nessa licitação. Essa é a principal questão, ou seja, quem serão os concorrentes dessa licitação, ou seja, se são pessoas físicas ou cooperativas; e quando se coloca cooperativas e pessoas físicas, a concorrência é equiparada?

Mas também entra aí o interesse público. Se as cooperativas fornecem o menor

preço e conseguem prestar o serviço da mesma qualidade, fica complicado. E elas tem de comprovar isso. Se elas não conseguem prestar serviço da mesma qualidade, os outros terão de provar. A regra é buscar o menor preço, justamente para fazer o dinheiro servir para todo mundo e conseguir dar conta de pagar tudo o que é devido.

O SR. \_\_\_\_\_ - Uma outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Mas era só um minuto.

O SR. \_\_\_\_\_ - É rapidinho, Vereador Senival. Tenho outra pergunta, aliás, uma sugestão.

Acho que os diretores de escola trabalham sem informação alguma em relação ao TEG. Somos desorganizados, a categoria em si é desorganizada. Todo mundo acompanha e sabe. Falo disso há muito tempo, há quase dez anos. Deveria haver uma cartilha de como funciona o TEG. Cada diretor faz o TEG funcionar de uma forma e acha que é a melhor.

Outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Não dá mais. Preciso encerrar.

A SRA. RENATA FLORES TIBIRIÇÁ - Nós já encaminhamos.

O SR. \_\_\_\_\_ - Mas eles não têm conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Senhores, não há mais tempo, o problema é o tempo.

A SRA. RENATA FLORES TIBIRIÇÁ - Saímos com o encaminhamento desta reunião, ou seja, vamos conversar, o pessoal da Educação, do Transporte, Defensoria Pública e os usuários para buscar, em conjunto, uma solução.

Então já está encaminhado.

O SR. \_\_\_\_\_ - Outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Por favor, não temos mais tempo.

Muito obrigado, doutora. Não há mais tempo. Temos de respeitar a democracia, há outra comissão que usará este espaço exatamente às 13h.

Agradeço a presença de todos. Está encaminhada realização de mais duas audiências públicas e distintas.

Estão encerrados nossos trabalhos.

---